

Demonstrações Contábeis Regulatórias

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	27.275	79.908
Investimentos Temporários	4	14.659	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5	20.879	21.167
Serviços em Curso		10.863	10.536
Tributos Compensáveis		1.735	641
Outros Ativos Circulantes		5.191	1.463
Ativo Não Circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5	4.467	4.261
Depósitos Judiciais e Cauções		320	297
Outros Ativos Não Circulantes		901	695
Participações Societárias Permanentes	1	367.003	353.643
Imobilizado	6.1	370.329	391.929
Intangível	6.2	13.449	13.995
Total do Ativo		837.071	878.535

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		3.293	4.151
Debêntures	7.2	68.651	219.289
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.661	2.268
Tributos		12.246	22.936
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		65.199	-
Encargos Setoriais		12.821	13.403
Outros Passivos Circulantes		7.126	18.583
Passivo Não Circulante			
Debêntures	7.2	396.391	188.495
Provisão para Litígios	8	1.349	176
Outros Passivos Não Circulantes		11.164	4.453
Total do Passivo		579.901	473.754
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	605.025	581.931
Reservas de Lucros	9.2	152.895	306.273
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	220.216	97.544
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(720.966)	(580.967)
Total do Patrimônio Líquido		257.170	404.781
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		837.071	878.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		234.610	289.533
Tributos			
PIS-PASEP		(1.600)	(1.952)
Cofins		(7.382)	(9.007)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.164)	(2.626)
Reserva Global de Reversão - RGR		(6.100)	(7.528)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(938)	(1.158)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	216.426	267.262
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		216.426	267.262
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(8.610)	(12.997)
Material		18	(788)
Serviços de Terceiros		(10.484)	(11.623)
Arrendamento e Aluguéis		(484)	(586)
Seguros		(124)	(176)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1.617)	(1.803)
Provisões		(1.173)	-
Tributos		(535)	(289)
Depreciação e Amortização		(26.705)	(26.720)
Outras Despesas Operacionais		(1)	(6)
Resultado da Atividade		166.711	212.274
Equivalência Patrimonial		56.721	57.330
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(30.334)	(33.007)
Receitas Financeiras		7.416	4.403
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		200.514	241.000
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(10.382)	(18.757)
Lucro Líquido do Exercício		190.132	222.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	190.132	222.243
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>190.132</u>	<u>222.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	559.008	111.802	22.923	-	43.859	(383.215)	-	354.377
Adoção de Novas Normas Societárias	-	-	-	-	-	-	166.793	166.793
Constituição de Reserva de Lucro Societária	-	-	-	166.793	-	-	(166.793)	-
Aumento de Capital Social	22.923	-	(22.923)	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-	(43.859)	-	-	(43.859)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	222.243	222.243
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	-	4.584	-	-	-	-	(4.584)	-
Incentivos Fiscais	-	-	23.094	-	-	-	(23.094)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	(81.535)	(81.535)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(46.445)	(46.445)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	97.544	-	(97.544)	-
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	-	(197.752)	30.959	(166.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	581.931	116.386	23.094	166.793	97.544	(580.967)	-	404.781
Aumento de Capital Social	23.094	-	(23.094)	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-	(97.544)	-	-	(97.544)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	190.132	190.132
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	-	4.619	-	-	-	-	(4.619)	-
Incentivos Fiscais	-	-	31.890	-	-	-	(31.890)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	(8.206)	(8.206)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(65.200)	(65.200)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	220.216	-	(220.216)	-
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	-	(166.793)	-	-	-	(166.793)
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	-	(139.999)	139.999	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	605.025	121.005	31.890	-	220.216	(720.966)	-	257.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do Exercício	190.132	222.243
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	2.181	2.276
Depreciação	24.524	24.444
Equivalência Patrimonial	(56.721)	(57.330)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.382	18.757
Juros e Variações Monetárias	29.098	32.248
Provisão para Litígios	1.173	-
Outros	93	(2)
	200.862	242.636
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e permissionárias	82	11.205
Tributos Compensáveis	(5.905)	(387)
Outros	(1.409)	(220)
	(7.232)	10.598
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(745)	(3.404)
Fornecedores	(849)	1.792
Contingências	-	(9)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(607)	127
Tributos	1.147	(276)
Outros	(5.397)	(4.444)
	(6.451)	(6.214)
Encargos de Dívidas Pagos	(22.205)	(32.866)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(17.411)	(28.852)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	147.563	185.302
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(7.810)
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	(13.790)	(810)
Investimentos de temporários	(14.659)	-
Caixa adquirido em transação de capital	-	25.733
Imobilizado	(3.026)	(2.627)
Intangível	(632)	(158)
Proventos Recebidos	53.273	62.255
Caixa líquido das atividades de investimento	21.166	76.583

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures Obtidas	269.257	84.450
Debêntures Pagas	(218.075)	(134.736)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(272.544)	(171.841)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(221.362)	(222.127)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(52.633)	39.758
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	79.908	40.150
No fim do exercício	27.275	79.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EATE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
EATE		042/2001	30	2031	244.572	IGPM	mar/03	Sim

Investimentos								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	29.910	IGPM	out/07	Sim
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	47.345	IPCA	nov/07	Sim
EBTE (**)	51%	011/2008	30	2038	46.126	IPCA	jun/11	Não
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	-	IPCA	fev/22	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$49.197 para STC e R\$50.989 para EBTE.

(***) O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$101.020. A entrada em operação comercial está prevista para 09 de fevereiro de 2022.

Empresas	Investimento	Equivalência	Participação da Outorgada (em %)
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	138.400	6.922	51,00
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	97.563	20.786	61,55
Lumitrans - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica S.A.	56.486	16.491	80,00
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	24.142	-	100,00
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	13.544	5.943	18,08
Companhia Transudeste de Transmissão de Energia S.A.	2.879	1.689	10,00
Companhia Transleste de Transmissão de Energia S.A.	2.574	2.720	10,00
Companhia Transirapê de Transmissão de Energia S.A.	5.784	2.170	10,00
	341.373	56.721	

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil--Continuação

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Ativos financeiros--Continuação

3.1.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.3. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.4.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.5. Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,60%.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.6. Reconhecimento da receita--Continuação

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.6.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.6.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.8. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.8. Taxas regulamentares--Continuação

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

Instituição / linha devedora	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo total	Principal Curto Prazo	Saldo total
Caixa e Aplicações Financeiras	41.934	41.934	79.908	79.908
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.275	27.275	79.908	79.908
Investimentos Temporários	14.659	14.659	-	-

5. Concessionárias e permissionárias

5.1. Composição das contas a receber

Descrição	Valores correntes				Total 2019	Total 2018
	Corrente a vencer	Corrente vencida				
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	20.503	333	43	4.467	25.346	25.428
Total	20.503	333	43	4.467	25.346	25.428
				Circulante	20.879	21.167
				Não Circulante	4.467	4.261

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	725.868	-	(223)	2.447	728.092	2.224	(380.503)	347.589	369.710
Terrenos	13	-	-	-	13	-	-	13	13
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.531	-	(223)	2.447	5.755	2.224	(2.154)	3.601	1.506
Máquinas e Equipamentos	720.010	-	-	-	720.010	-	(376.411)	343.599	367.527
Veículos	2.269	-	-	-	2.269	-	(1.913)	356	642
Móveis e Utensílios	45	-	-	-	45	-	(25)	20	22
Administração	1.000	-	(7)	96	1.089	89	(785)	304	259
Máquinas e Equipamentos	485	-	(7)	87	565	80	(435)	130	70
Veículos	515	-	-	9	524	9	(350)	174	189
				-					
Subtotal	726.868	-	(230)	2.543	729.181	2.313	(381.288)	347.893	369.969

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

6.1. A composição do imobilizado é como segue--Continuação

Ativo Imobilizado em Curso -	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	21.786	2.870	-	(2.447)	(5)	22.204	418	-	22.204	21.786
Máquinas e Equipamentos	3.134	646	-	(685)	310	3.405	271	-	3.405	3.134
Outros	18.652	2.224	-	(1.762)	(315)	18.799	147	-	18.799	18.652
Administração	174	156	-	(96)	(2)	232	58	-	232	174
Máquinas e Equipamentos	29	127	-	(87)	(8)	61	32	-	61	29
Outros	145	29	-	(9)	6	171	26	-	171	145
Subtotal	21.960	3.026	-	(2.543)	(7)	22.436	476	-	22.436	21.960
Total do Ativo Imobilizado	748.828	3.026	(230)	-	(7)	751.617	2.789	(381.288)	370.329	391.929

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	2.815	-	94	-	2.909	94	(1.572)	1.337	1.291
Softwares	1.637	-	94	-	1.731	94	(1.572)	159	113
Outros	1.178	-	-	-	1.178	-	-	1.178	1.178
Administração	21.509	-	98	-	21.607	98	(10.632)	10.975	12.007
Softwares	2.093	-	96	-	2.189	96	(1.934)	255	578
Investimentos	18.708	-	-	-	18.708	-	(7.990)	10.718	11.429
Outros	708	-	2	-	710	2	(708)	2	-
Subtotal	24.324	-	192	-	24.516	192	(12.204)	12.312	13.298
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	687	104	(94)	94	791	104	-	791	687
Servidões	500	-	-	-	500	-	-	500	500
Softwares	162	104	(94)	94	266	104	-	266	162
Outros	25	-	-	-	25	-	-	25	25
Administração	10	528	(98)	(94)	346	336	-	346	10
Softwares	10	234	(96)	(94)	54	44	-	54	10
Outros	-	294	(2)	-	292	292	-	292	-
Subtotal	697	632	(192)	-	1.137	440	-	1.137	697
Total do Ativo Intangível	25.021	632	-	-	25.653	632	(12.204)	13.449	13.995

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,35%	728.092	(380.503)	347.589	369.710
Custo Histórico	3,35%	728.092	(380.503)	347.589	369.710
Administração	13,65%	1.089	(785)	304	259
Custo Histórico	13,65%	1.089	(785)	304	259
		729.181	(381.288)	347.893	369.969
Em curso					
Transmissão	-	22.204	-	22.204	21.786
Administração	-	232	-	232	174
		22.436	-	22.436	21.960
		751.617	(381.288)	370.329	391.929

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	773	-	773
Móveis e Utensílios	-	11	11
A Ratear	-	1.665	1.665
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	548	548
Outros	-	29	29
Total das Adições	773	2.253	3.026

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível--Continuação

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	Em R\$ mil
1. UMA TORRE AUTOPORTANTE	1.399
2. FUNDAÇÃO DA TORRE AUTOPORTANTE	499
3. PÓLO COMPLETO DE DISJUNTOR	371
4. PÓLO COMPLETO DE DISJUNTOR SF6	370

6.7. Baixas do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Em R\$ mil
1. BANCO DE BATERIAS TIPÓ FNC 21750, COM 60 ELEMENTOS.	178
2. TORRE CR52 500 KV	45
3. MICRO-COMPUTADOR	3
4. SWITT	4

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

2019								
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	204	28.057	-	28.261	Sim	ago-14	Não há	109,75% do CDI
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE25	176	(16)	53.989	54.149	Sim	set-16	Não há	116,00% do CDI
Debêntures 6ª emissão	23	15.201	26.677	41.901	Sim	set-17	Não há	107,75% do CDI
Debêntures 7ª emissão	37	18.432	46.244	64.713	Sim	jun-18	Não há	112,00% do CDI
Debêntures 8ª emissão	6.684	(147)	269.481	276.018	Sim	jul-19	Não há	108,60% do CDI
Total por Dívida	7.124	61.527	396.391	465.042				

2019								Cronograma de Amortização de Longo Prazo				
Instituição / linha credora	Taxa a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2021	2022	2023	após 2023	Total
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	109,75% do CDI	07/02/20	Trimestral	07/02/21	07/08/20	Trimestral	SAC	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE25	116,00% do CDI	06/01/20	Mensal	06/01/20	06/09/21	Mensal	SAC	53.989	-	-	-	53.989
Debêntures 6ª emissão	107,75% do CDI	26/01/20	Mensal	26/01/20	26/09/22	Mensal	SAC	15.244	11.433	-	-	26.677
Debêntures 7ª emissão	112,00% do CDI	26/01/20	Mensal	26/01/20	26/06/23	Mensal	SAC	18.498	18.498	9.248	-	46.244
Debêntures 8ª emissão	108,60% do CDI	17/01/20	Semestral	17/01/20	17/07/24	Bullet	SAC	(145)	(145)	(145)	269.916	269.481
Total por Dívida								87.586	29.786	9.103	269.916	396.391

Debêntures 8ª emissão: Em julho de 2019, a EATE emitiu debêntures, no valor de R\$270.000, com prazo de vigência de 5 anos. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures--Continuação

7.1. Abertura do Endividamento--Continuação

2018								
Instituição / linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / repactuação	Tipo de garantia	Taxa a.a
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 3ª emissão	55	20.841	-	20.896	Sim	mar-14	Não há	115% do CDI
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	640	37.398	28.055	66.093	Sim	ago-14	Não há	109,75% do CDI
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE15 (70%)	562	125.949	-	126.511	Sim	set-16	Não há	113,00%
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE15 (30%)	247	(21)	53.965	54.191	Sim	set-17	Não há	116,00% do CDI
Debêntures 6ª emissão	46	15.138	41.843	57.027	Sim	jun-18	Não há	107,75% do CDI
Debêntures 7ª emissão	69	18.365	64.632	83.066	Sim	jul-18	Não há	112,00% do CDI
Total por Dívida	1.619	217.670	188.495	407.784				

2018											
Instituição / linha credora	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortiz.	Sistemática amortização	Cronograma de amortização de longo prazo				
							2020	2021	2022	após 2022	Total
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 3ª emissão	17/03/19	Trimestral	17/03/19	17/03/19	Trimestral	SAC	-	-	-	-	-
Debentures Simples_A - Banco Itaú S.A. 4ª emissão	07/02/19	Trimestral	07/02/19	07/08/20	Trimestral	SAC	28.055	-	-	-	28.055
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE15 (70%)	07/01/19	Mensal	07/01/19	06/09/19	Bullet	SAC	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª emissão Contrato EATE15 (30%)	07/01/19	Mensal	07/01/19	06/09/21	Bullet	SAC	-	53.965	-	-	53.965
Debêntures 6ª emissão	28/01/19	Mensal	28/01/19	26/09/22	Mensal	SAC	15.216	15.216	11.411	-	41.843
Debêntures 7ª emissão	28/01/19	Mensal	28/01/19	26/09/23	Mensal	SAC	18.445	18.488	18.467	9.232	64.632
Total por Dívida							61.716	87.669	29.878	9.232	188.495

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2019 (*)	EATE
Debêntures 1ª emissão	N/A
Debêntures 4ª emissão	816.616
Debêntures 5ª emissão	1.088.616
Debêntures 6ª emissão	1.205.484
Debêntures 7ª emissão	1.149.750
Debêntures 8ª emissão	1.149.587

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures--Continuação

7.1. Abertura do Endividamento--Continuação

Instituição / linha devedora	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	41.934	41.934	79.908	79.908
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.275	27.275	79.908	79.908
Investimentos temporários	14.659	14.659	-	-

7.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	7.124	61.527	396.391	465.042	407.784
Debêntures. Moeda Nacional	7.124	61.527	396.391	465.042	407.784
(-) Ativos Financeiros	-	(41.934)	-	(41.934)	(79.908)
Alta Liquidez	-	(27.275)	-	(27.275)	(79.908)
Demais Aplicações Financeiras	-	(14.659)	-	(14.659)	-
(+) Dívida Líquida	7.124	19.593	396.391	423.108	327.876

8. Provisões para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2018	176	176
Constituição	1.173	1.173
Saldos em 31/12/2019	1.349	1.349
Não Circulante	1.349	1.349

O montante de R\$1.349 refere-se a três causas trabalhistas (R\$176 referente a uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como "possível" em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Trabalhista	3	9.215
Regulatório	1	3.105
Tributário	3	4.022
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7	16.342
Tributário	2	4.263
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	4.263

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$605.025 (R\$581.931 em 31 de dezembro de 2018), representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2018 as quantidades de ações ordinárias e preferenciais são as mesmas.

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Alupar Investimento S.A.	46.020	50,02	44.012	50,01	90.032	50,02
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.980	49,98	43.988	49,99	89.968	49,98
					-	
	92.000	100,00	88.000	100,00	180.000	100,00

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	121.005	116.386
Reserva especial para incentivos fiscais	31.890	23.094
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	220.216	97.544
Dividendos societários distribuídos	(720.966)	(414.174)
	(347.855)	(177.150)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.

Reserva de incentivo fiscal: em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a EATE constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$31.890 (R\$23.094 em 2018).

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	235.203	290.755
(-) Parcela Variável	(593)	(1.222)
Programa de Integração Social - PIS	(1.600)	(1.952)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(7.382)	(9.007)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.164)	(2.626)
Reserva Global de Reversão - RGR	(6.100)	(7.528)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(938)	(1.158)
Total	216.426	267.262

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 7,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	6.228	10.614
Remuneração	3.090	5.646
Encargos	1.282	2.081
Previdência privada	128	191
Assistência médica	527	616
Despesas rescisórias	55	419
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	692	1.177
Outros	454	484
Administradores	2.382	2.383
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.302	1.515
Benefícios dos administradores	1.080	868
Total	8.610	12.997

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	200.514	241.000
Juros sobre Capital Próprio	-	(46.446)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	68.175	66.148
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(19.792)	(19.492)
Incentivos fiscais	(31.890)	(23.094)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(6.108)	5.813
Depreciação	8.337	(9.085)
Receitas Societárias	(43.952)	(19.280)
Materiais	(6)	(565)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	38.565	20.215
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(1.465)	(1.576)
Outros	(25)	(24)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.457)	(303)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.382	18.757
Taxa efetiva	5,18%	7,78%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Ativo	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.275	-	27.275	79.908	-	79.908
Investimentos temporários	14.659	-	14.659	-	-	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	20.879	-	20.879	21.167	-	21.167
Serviços em Curso	10.863	-	10.863	10.536	-	10.536
Ativo contratual da concessão	-	179.307	179.307	-	180.255	180.255
Tributos Compensáveis	1.735	-	1.735	641	-	641
Outros Ativos Circulantes	5.191	-	5.191	1.463	(4)	1.459
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	4.467	-	4.467	4.261	-	4.261
Depósitos Judiciais e Cauções	320	-	320	297	-	297
Ativo contratual da concessão	-	1.157.242	1.157.242	-	1.015.672	1.015.672
Outros Ativos Não Circulantes	901	1	902	695	6.286	6.981
Participações Societárias Permanentes	367.003	96.153	463.156	353.643	58.356	411.999
Imobilizado	370.329	(368.886)	1.443	391.929	(391.495)	434
Intangível	13.449	(2.128)	11.321	13.995	(1.978)	12.017
			-			
Total do Ativo	837.071	1.061.689	1.898.760	878.535	867.092	1.745.627

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	3.293	-	3.293	4.151	-	4.151
Debêntures	68.651	297	68.948	219.289	-	219.289
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.661	-	1.661	2.268	-	2.268
Tributos	12.246	-	12.246	22.936	-	22.936
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	65.199	-	65.199	-	-	-
Encargos Setoriais	12.821	-	12.821	13.403	-	13.403
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	12.601	12.601	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	7.126	(4.749)	2.377	18.583	(7.238)	11.345
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Debêntures	396.391	645	397.036	188.495	-	188.495
Provisão para Litígios	1.349	-	1.349	176	-	176
Tributos Diferidos	-	256.706	256.706	-	214.916	214.916
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	79.862	79.862	-	82.900	82.900
Outros Passivos Não Circulantes	11.164	(4.639)	6.525	4.453	(4.453)	-
Total do Passivo	579.901	340.723	920.624	473.754	286.125	759.879
Patrimônio Líquido						
Capital Social	605.025	-	605.025	581.931	-	581.931
Reservas de Lucros	152.895	-	152.895	306.273	-	306.273
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	220.216	-	220.216	97.544	-	97.544
Dividendos Societários Distribuídos	(720.966)	720.966	-	(580.967)	580.967	-
Total do Patrimônio Líquido	257.170	720.966	978.136	404.781	580.967	985.748
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	837.071	1.061.689	1.898.760	878.535	867.092	1.745.627

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	235.203	(235.203)	-	290.755	(290.755)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	96.390	96.390	-	42.438	42.438
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	140.023	140.023	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	137.111	137.111	-	277.721	277.721
(-) Parcela Variável	(593)	-	(593)	(1.222)	-	(1.222)
Tributos						
PIS-PASEP	(1.600)	(964)	(2.564)	(1.952)	(213)	(2.165)
Cofins	(7.382)	(4.449)	(11.831)	(9.007)	(985)	(9.992)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.164)	-	(2.164)	(2.626)	-	(2.626)
Reserva Global de Reversão - RGR	(6.100)	(3.596)	(9.696)	(7.528)	(765)	(8.293)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(938)	(554)	(1.492)	(1.158)	(118)	(1.276)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	216.426	128.758	345.184	267.262	27.323	294.585
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	216.426	128.758	345.184	267.262	27.323	294.585
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(8.610)	-	(8.610)	(12.997)	-	(12.997)
Material	18	(9.249)	(9.231)	(788)	(1.663)	(2.451)
Serviços de Terceiros	(10.484)	-	(10.484)	(11.623)	-	(11.623)
Arrendamento e Aluguéis	(484)	260	(224)	(586)	-	(586)
Seguros	(124)	-	(124)	(176)	-	(176)
Doações, Contribuições e Subvenções	(1.617)	-	(1.617)	(1.803)	-	(1.803)
Provisões	(1.173)	-	(1.173)	-	-	-
Tributos	(535)	-	(535)	(289)	-	(289)
Depreciação e Amortização	(26.705)	24.786	(1.919)	(26.720)	24.910	(1.810)
Outras Despesas Operacionais	(1)	(1)	(2)	(6)	(2)	(4)
Resultado da Atividade	166.711	144.554	311.265	212.274	50.568	262.846
Equivalência Patrimonial	56.721	37.321	94.042	57.330	2.819	60.149
Resultado Financeiro	(30.334)	(86)	(30.420)	(33.007)	-	(33.007)
Despesas Financeiras	(30.334)	(86)	(30.420)	(33.007)	-	(33.007)
Receitas Financeiras	7.416	-	7.416	4.403	-	4.403
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	200.514	181.789	382.303	241.000	53.387	294.391
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(10.382)	(41.790)	(52.172)	(18.757)	(22.432)	(41.189)
Resultado Líquido do Exercício	190.132	139.399	330.133	222.243	30.955	253.202

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário— Continuação e

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.2. Ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Efeitos de contabilização de contratos de concessão--Continuação

15.2. Ativo contratual--Continuação

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 9,18% a.a. a de 11,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Efeitos de contabilização de contratos de concessão--Continuação

15.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

15.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Efeitos de contabilização de contratos de concessão--Continuação

15.5. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	978.136	985.748
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(1.070.171)	(878.783)
Arrendamento (CPC 06)	36	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	349.169	297.816
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	257.170	<u>404.781</u>

15.6. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	330.133	253.202
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(181.405)	(53.391)
Arrendamento (CPC 06)	(386)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	41.790	22.432
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	190.132	<u>222.243</u>